



## **Ata Nº 2**

### **Quadriénio 2021/2025**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, na localidade de Monte Redondo, no Salão Nobre do edifício sede da Junta de Freguesia, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar. O Presidente deu as boas vindas a todos os presentes, especialmente aos novos membros da assembleia: Cristiana Pinto, David Teotónio, Joana Pinto e José Estrada.

O senhor presidente também enviou um especial cumprimento ao senhor Carlos Santos, que não se encontra presente por motivos de saúde.

De seguida, solicitou que todos os membros confirmassem a receção da convocatória e a sua presença na assembleia. Informou, ainda, que a colaboradora da Junta de Freguesia, Natália Ferreira, levará o microfone a quem quiser intervir e que não se deve falar sem o microfone, pois não fica gravado e torna a elaboração das atas mais difícil.

Posteriormente, a senhora Presidente do Executivo, após cumprimentar todos os presentes, explicou que, por força dos estatutos dos eleitos locais, lei n.º 2987 de 30 de junho, na sua redação atual e no diploma que veio regular o regime dos exercícios de funções por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos e, tendo em consideração a lei n.º 52 de 2019, de 31 de julho, na sua redação atual, vem informar acerca da acumulação de funções do executivo. A Presidente da Junta está a tempo inteiro e não acumula com qualquer outra função fora deste exercício. O Tesoureiro, Carlos Alberto Santos, acumula com a função de empresário numa empresa de pintura de construção civil, ciclovias e afins; e a Secretária, Lina António, acumula com a atividade de administrativa numa empresa de atividade de viveiros e produção de plantas. Por força da lei, deve ser comunicado à Assembleia de Freguesia e registado em ata.

A senhora presidente referiu que no passado dia 16 de dezembro, todos os membros da Assembleia de Freguesia e do executivo da Junta de Freguesia estiveram reunidos na Câmara Municipal, tendo em conta um pedido de parecer prévio das Infraestruturas de Portugal, relativamente a um futuro projeto da Linha do Oeste que implicará a supressão de passagens de nível. Nessa reunião, foi apresentado um esboço embrionário relativamente às passagens de nível da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, um panorama sem teor técnico relativamente às propostas, apenas com um ortofotomapa do Google e umas linhas desenhadas de umas potenciais possibilidades. Relativamente a este esboço, foram discutidas várias questões sobre as consequências que virão dessa supressão potencial. Ainda não existe projeto e este pedido de parecer é um ponto de partida para um futuro projeto, tendo sido elaborado um documento com a sensibilidade do executivo e de todos os membros da Assembleia de Freguesia, relativamente ao que



foi apresentado. Esta questão deve ficar em ata, uma vez que teve a participação de todos os membros, sendo que, na qualidade de Presidente do Executivo, agradece a todos os membros a celeridade, mas, em particular, a Renato Silva, que se dispôs a fazer o primeiro esboço de todo o documento, que depois teve o parecer de todos os colegas da Assembleia e do executivo. Esse documento foi reencaminhado à Câmara Municipal, após o aval dos membros da Assembleia, e o executivo fez um comunicado à população, apesar de ainda ser um projeto embrionário, não havendo, ainda, levantamentos topográficos, nem certezas da sua viabilidade, por parte das Infraestruturas de Portugal. No entanto, o executivo sempre se pautou pela comunicação pública, tal como aconteceu com a situação do Gás ou das Águas do Mondego, considerando que a população deve ter conhecimento da situação. Céline Gaspar sugeriu ao senhor Presidente da Mesa que todos os membros assinassem o documento.

Passou-se, então, ao período antes da ordem do dia.

Cristiana Pinto cumprimentou todo o executivo e membros da assembleia, deixando uma nota de agradecimento aos colaboradores da Junta de Freguesia que auxiliam na execução das Assembleias de Freguesia.

De seguida referiu que «perante grandes desafios globais, como é a pandemia causada pelo vírus da COVID- 19, é assinalável a influência e o impacto que o poder local tem na minimização e contenção da propagação deste vírus a uma escala regional.

Assim, o Partido Socialista congratula o trabalho do executivo tanto na constante promoção e divulgação da informação das medidas aplicadas pela DGS bem como na distribuição de elementos de proteção individual desde o início do que se tornou “o novo normal”.

Destacamos hoje a parceria entre a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira e a Farmácia Sol, localizada em Monte Redondo, que, em conjunto, dinamizaram um centro de Testagem COVID-19 no mercado da Vila.

Perante as épocas festivas no mês de dezembro, que, inevitavelmente, levam à aglomeração de pessoas, as indicações do governo passam por uma testagem massiva e regular que, consequentemente, resulta numa procura elevada de testes.

A atitude imediata da Junta de Freguesia, ao procurar auxiliar e incentivar ao cumprimento das diretivas, permitiu que se registassem mais de 600 marcações, para esta semana, em apenas algumas horas.

O número conseguido justifica por si só a pertinência desta iniciativa, mas queremos deixar o nosso reconhecimento e profundo agradecimento em nome de toda a comunidade à Junta de Freguesia, à Farmácia Sol, assim como aos Bombeiros Voluntários de Leiria - 5ª Companhia Monte Redondo, que irá disponibilizar uma tenda para os dias em que o Mercado se realiza.».

Passou-se à inscrição do público para intervir no final da discussão dos pontos da ordem do dia.



De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

No que concerne ao **Ponto 1. Regimento da Assembleia- apreciação e votação nos termos da alínea a) do nº1 do artigo 10º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, o Presidente da Assembleia informou que o Regimento foi analisado, estudado e alterado pela comissão criada na assembleia anterior, constituída pelos membros Ana Carla Gomes, Cristiana Pinto, Joana Pinto e Paulo Gaspar.

Colocado a votação, o Regimento foi aprovado por unanimidade.

O senhor presidente solicitou ao executivo que imprimisse uma cópia do regimento para dar a cada membro da assembleia e lembrou que o Regimento pode ser alterado, em qualquer momento, por qualquer elemento da Mesa, e aprovado por dois terços da Assembleia.

Dando cumprimento ao **Ponto 2. RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA JUNTA SOBRE A ATIVIDADE DA JUNTA DE FREGUESIA E SITUAÇÃO FINANCEIRA - Apreciação nos termos da alínea e) do nr. 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Joana Pinto cumprimentou os presentes e perguntou se, tendo em conta a página 4, do documento, no tópico «Ação Social e Serviço Público», nomeadamente no primeiro ponto, há algum «feed-back» relativamente às atividades referidas.

Tendo em atenção a página 6, acerca do ponto «Espaço Público, Património ou Obras Públicas», Joana Pinto questionou qual é o ponto de situação dos trabalhos executados pelo SMAS.

David Teotónio gostaria de saber qual a sinalização horizontal e vertical que ainda falta colocar na freguesia.

Céline Gaspar respondeu que, em relação à questão colocada pela Joana Pinto, quando alguém apresenta situações de dificuldades financeiras ou quando se identifica alguma situação do foro social, o executivo reencaminha para essas entidades, porque é competência delas fazer esse acompanhamento. Depois disso, não é dado «feed-back», devido à proteção de dados, a não ser que o executivo seja solicitado. Por vezes, as pessoas solicitam ajuda no arranjo da habitação e o executivo contacta entidades como a Conferência São Vicente Paulo ou a Câmara Municipal, que tem o gabinete de ação social. Só quando se pretende uma intervenção específica da Junta de Freguesia, é que esta intervém. De outra forma, não sendo uma competência da Junta de Freguesia, o executivo não tem o direito de fazer o acompanhamento, visto serem questões pessoais e particulares.

Relativamente ao saneamento, as obras continuam a decorrer, sendo que, no início do ano, se prevê a continuação da pavimentação dos arruamentos, pois muitos deles estão danificados devido às chuvas. A Presidente do Executivo reuniu com o SMAS e foi-lhe dada a indicação de que irão ser feitos trabalhos complementares na ordem dos 750 mil euros, para a continuidade da pavimentação, porque o valor da pavimentação que estava no projeto inicial não chegou. No entanto, é apanágio deste executivo camarário e do SMAS que as obras sejam concluídas. A obra irá



resultar num investimento de mais de três milhões de euros, estando a decorrer dentro dos prazos e prevê-se que, em meados de julho ou agosto, possa estar concluída.

Portanto, as coisas têm corrido bem, apesar de haver algumas alterações que vão surgindo, devido a fatores diversos. Evidentemente, é uma obra incomodativa, com muitos buracos na via, pelo que é necessário ter alguma paciência. O executivo considera que a obra está a decorrer bem, comparando com o saneamento da Carreira e da Sismaria, em que ainda falta a estação elevatória da Sismaria para a zona das Carvalheiras. Portanto, ainda não terminou e já passaram quatro anos.

No que respeita a esta obra, de maior envergadura, está a decorrer de forma positiva e dentro dos prazos previstos, não havendo suspensões.

Relativamente à sinalização vertical e horizontal é competência da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia pode identificar os pontos que poderiam ser sinalizados, mas é a Câmara que decide se é necessário colocar sinalização. Para além disso, a Câmara procede à substituição de sinalização, à medida que vai recebendo as comunicações da Junta de Freguesia. Céline Gaspar apelou aos membros da Assembleia que, por exemplo, quando veem algum sinal de stop que já está muito danificado, dessem essa informação à Junta de Freguesia. Normalmente, após o pedido de substituição, a Câmara substitui os sinais em cerca de 30 dias.

O ponto foi apreciado.

Relativamente ao **Ponto 3. AUTORIZAÇÃO PARA A ALTERAÇÃO E MODIFICAÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS DIVERSAS - ADENDA 5ª -** **Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada,** Vítor Tomé cumprimentou todos os presentes e desejou rápidas melhoras ao Sr. Carlos Alberto Santos e um ano de 2022 carregado de boas energias, de concretização de saúde, paz e de muito amor e esperança.

Vítor Tomé referiu o excelente trabalho do executivo na negociação com sete confinantes para a requalificação de parte da rua do Areeiro, um troço onde não se cruzam dois carros ligeiros e um carro pesado tem muitas dificuldades em passar.

Tendo em conta o ponto da ordem de trabalhos, Céline Gaspar explicou que a Câmara Municipal, à semelhança do ano anterior, disponibilizou uma verba para que, dentro do que seriam as suas competências, agilizar os processos. Assim, foi determinado um valor global para o concelho e, posteriormente, o Fundo de Financiamento de Freguesias determinou o valor a atribuir a cada freguesia. À União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira foram atribuídos 74,500 euros, após o que foi feito um contrato interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal na junta de freguesia no âmbito da realização de obras diversas. A Câmara Municipal de Leiria transfere a verba para a Junta, após a execução das obras propostas, visto a Junta de Freguesia ter maior capacidade para fazer essas pequenas obras. Nesse sentido, o executivo fez algumas propostas



para aplicar essa verba, nomeadamente a referida Rua do Areeiro, mencionada por Vítor Tomé. A rua foi requalificada no âmbito do saneamento e havia um muro quase no meio da estrada, pelo que o executivo reuniu todos os proprietários e estabeleceu-se um acordo para a requalificação dessa zona. O executivo também propôs a construção de uma ilha ecológica junto ao Centro Escolar de Monte Redondo, bem como a requalificação do jardim, que nunca foi intervencionado, e do campo de jogos. O piso está muito danificado, pelo que o executivo propôs à Câmara a colocação de relva sintética para as crianças poderem brincar. Outra das propostas foi a requalificação dos bancos de jardim do Largo D. Pedro de Castilho, com a concordância do pároco.

Esta verba não se destina à pavimentação, visto que, para esse efeito, existe um concurso, para o qual a Junta de Freguesia indicou os arruamentos considerados prioritários. O caso da Rua do Areeiro foi excecional, dado o número de proprietários, pelo que o executivo aproveitou esta verba para requalificá-la.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

No atinente ao **Ponto 4. AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA JUNTA DE FREGUESIA NO ÂMBITO DA MANUTENÇÃO DA FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL DA REDE SECUNDÁRIA - REDE VIÁRIA MUNICIPAL - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, a senhora presidente do executivo explicou que a Junta de Freguesia deverá proceder à limpeza da faixa de combustível numa largura de dez metros junto às vias que estão identificadas no Plano de Defesa Florestal.

Céline Gaspar comunicou que é a representante das Juntas de Freguesia na Comissão de Defesa da Floresta Municipal.

Este contrato já tinha sido assinado em 2019, com um valor superior, porque implicava o corte significativo de pinheiros e eucaliptos, maioritariamente. Neste momento, o valor é inferior, visto não se preverem grandes cortes de árvores, mas a limpeza do mato junto às bermas.

Por lei, as pessoas são informadas por edital, visto que não existe cadastro, o que significa que o executivo não sabe quem são os proprietários dos terrenos. O executivo também divulgou a informação através do Jornal, das Redes Sociais e em locais próximos do terreno a limpar, para que as pessoas pudessem estar informadas. As ruas que sofrerão intervenções são a Rua Professora Luzia Duarte Rola e a Rua José Duarte Rolo Júnior, na Sismaria; a Rua Principal, a Rua do Sobreirinho, a Rua das Canas e a Rua do Brejo, em Fonte Cova; a Rua Principal, no Casal Novo; a Rua Principal da Lage; a Rua Principal de Porto Longo; a Rua Principal das Lavegadas; a Rua Principal das Cavadas; a Rua do Cabeço e a Rua Central na Aroeira; a Rua da Pedreira, nos Montijos; a Rua da Fonte, na Ribeira da Bajouca; a Rua da Bajouca, em Monte Redondo; a Rua Cova da Rainha, na Carreira; a Rua Principal e a Rua do Brejinho, no Pinheiro; a Rua da Quinta, do Graveto às Lavegadas; a Estrada de



Fonte Cova, a Estrada das Lavegadas, a Rua Principal dos Matos e a Rua dos Marques, do Casal Novo às Lavegadas. Caso os proprietários queiram, podem fazer essa intervenção.

Paulo Gaspar questionou se há alguma data para a realização dessa gestão, ao que a Presidente do Executivo respondeu que o contrato tem um período de dois anos, sendo a limpeza feita até maio. O executivo quer fazer uma sondagem, em termos de mercado, para perceber o custo por hectare deste tipo de limpeza, para perceber se se pode dividir a limpeza em duas fases: uma em 2021 e outra em 2022.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao **Ponto 5. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2022 - Plano de Atividades, Orçamento (Despesa e Receita) e Plano Plurianual de Investimentos - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, Céline Gaspar explicou os documentos são constituídos por um orçamento, um Plano de Atividades e um Plano Plurianual de Investimentos e espelham todas as formas de receita de que a Junta de Freguesia dispõe, nomeadamente os contratos interadministrativos aprovados nos pontos anteriores, outros contratos com a Câmara Municipal e receitas próprias. De referir que o executivo, apesar de os números não estarem a ser favoráveis relativamente à Pandemia, decidiu equacionar a receita e a despesa da Fesmonte em 2022, pelo que o orçamento tem uma diferença relativamente ao anterior. O orçamento totaliza 969, 170,51 euros, na receita e na despesa total. Prevê-se que, desta receita, 676, 134,66 euros digam respeito a despesas correntes e que a receita e despesa da Fesmonte se situe à volta dos 200 mil euros, que é o que se tem vindo a investir neste evento, com os patrocínios, empresas que participam, e a despesa com os relativamente ao aluguer de equipamentos, contratação de artistas, entre outros. Prevê-se que, relativamente à receita de capital, 292,535,85 euros, ou seja, a receita que servirá para investimento. Nesta receita, de referir, não só este contrato de obras diversas, mas também os apoios da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem um regulamento de apoio às juntas de freguesia, que prevê apoio em despesa corrente e em despesa de capital. Em despesa corrente, para 2022, são cerca de 24,700 euros, que estão espelhados no orçamento, para os quais candidatamos o projeto para a Fesmonte. Para a despesa de capital, candidatamos a continuidade da requalificação das fontes e lavadouros da freguesia e a continuação da construção do parque de lazer, que incluirá um *skatepark*, jardim, parque de merendas e um campo de *paddel*. Está prevista essa construção, sendo que já estava no orçamento de 2021. De referir que este regulamento de apoio da Junta de Freguesia é exclusivamente para investimento em património da Junta de Freguesia, não servindo para usar numa estrada ou em competências da Câmara. Essa verba já foi investida na requalificação do edifício da Junta de Freguesia em Monte Redondo, na requalificação da Fonte do Largo D. Pedro Castilho, tudo o que seja competência própria da Junta de Freguesia, ou seja, o património, cemitérios, capelas.



As despesas correntes são para despesas próprias, como eventos, o jornal, a ginástica sénior, mas não serve para, por exemplo, diminuir os custos com o pessoal.

Estes apoios podem ser atribuídos até ao máximo de 85%, pelo que o executivo tem de ir buscar mais 15%, com o apoio da Câmara Municipal, que não é a 100%.

O orçamento é uma estimativa e uma vontade e pode ser alterado. Há algumas rubricas que terão valores mais diminutos, porque, em janeiro, haverá um saldo de gerência, que, depois, será integrado no orçamento, o que permitirá reforçar algumas das rubricas, na revisão ao orçamento, em abril.

José Estrada perguntou se há alguma verba para as associações.

A senhora presidente não falou nas associações, porque há uma rubrica dedicada às associações e que refere o valor atribuído a cada uma. No entanto, existe um regulamento de apoio às associações, para o qual estas têm de fazer candidaturas para os seus projetos. Há uma rubrica que refere como entidades do setor não lucrativo, associações, ação social e proteção civil e preveem-se para 2022, 20 mil euros para as associações, sem contar com o apoio não direto relativamente à Fesmonte, que também é uma forma de apoio às associações, nem com os apoios não financeiros previstos em regulamento de apoio às associações, como material de construção para fazer uma pequena obra, que tem de ir para a rubrica de aquisição de materiais de construção civil.

O ponto foi aprovado por maioria com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Cristiana Pinto, Lino Loureiro, Paulo Gaspar, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros David Teotónio, Joana Pinto e José Estrada.

**No Ponto 6. MAPA DE PESSOAL PARA 2022- Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada,** Céline Gaspar esclareceu que a deliberação da junta é conjunta. O mapa de pessoal mantém-se igual ao ano anterior, porque não foi possível proceder ao recrutamento de novas pessoas. O executivo prevê que esse recrutamento possa ser feito em 2022, pois houve um colaborador que se reformou e é necessário ocupar esse lugar. O mapa de pessoal espelha as necessidades de pessoal para 2022. No início de janeiro, pretende-se lançar o concurso para um assistente operacional. Para o lugar de assistente técnico, o executivo está a avaliar a possibilidade de mobilidade de alguém que já faça parte das funções de funcionário público. O mapa de pessoal prevê a criação desses lugares, assim como, conseqüentemente, o orçamento também tem previsto essa rubrica e essa despesa.

O ponto foi aprovado por maioria com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Cristiana Pinto, Lino Loureiro, Paulo Gaspar, Renato Silva e Vítor Tomé e três abstenções dos membros David Teotónio, Joana Pinto e José Estrada.



Tendo em conta o **Ponto 7. NORMA DE CONTROLO INTERNO - Apreciação nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 16º do Anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, a Presidente do Executivo explicou que este ponto trata da atualização da norma que define os procedimentos financeiros e todas as formas de funcionamento ao nível contabilístico da Junta de Freguesia.

O ponto foi apreciado.

Cumprindo o **Ponto 8. ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO DE OBRA DE ARTE DE VÍTOR CARREIRA GÁSPAR - Apreciação, discussão e votação nos termos da alínea a) do nº 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada**, a Presidente do Executivo explicou que o senhor Vítor Carreira Gaspar ofereceu um quadro com a imagem do Cabeço à Junta de Freguesia e, sendo uma competência da Assembleia, ainda não está pendurado, porque ainda não é oficialmente da Junta. José Estrada parabenizou o senhor Vítor Gaspar por esta doação e desejou-lhe muito sucesso.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da mesa desejou um Bom Ano de 2022 a todos. A senhora presidente do executivo desejou um bom ano a todos com muito sucesso pessoal e profissional. Não sendo possível fazer o jantar de Natal, o executivo ofereceu um miminho e um vale aos membros da assembleia a usar em estabelecimentos da freguesia.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão às 21h56, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

---

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

---

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

---

(Lino Loureiro)